



Diálogos

ISSN 2177-2940



Os líderes Farrapos na Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: abordagens e revisões

[doi https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.46861](https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.46861)

Paulo José Koling

[id https://orcid.org/0000-0001-5809-8117](https://orcid.org/0000-0001-5809-8117)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. E-mail: pkoling@gmail.com

Os líderes Farrapos na Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: abordagens e revisões

Resumo: O artigo visa analisar as abordagens realizadas sobre a participação e importância, ou não, dos líderes *farrapos* na Revolta de 1957, ocorrida no Sudoeste do Paraná, que resultou na derrota das companhias de terra e do governo de Moysés Lupion que praticavam a grilagem nas terras das glebas Missões e parte da Chopim. Nas abordagens sobre a revolta, predomina a exaltação dos líderes urbanos que atuaram no período de 1951 até outubro de 1957, bem como no período seguinte à derrota lupionista, uma vez que se tornaram dirigentes políticos e considerados “heróis” do levante de Outubro de 1957, pois a vitória teria ocorrido sem o derramamento de sangue. Todavia, as referências dos líderes *farrapos* na área de fronteira com a Argentina, principalmente de Pedro Santin, ficaram em segundo plano ou como exemplo negativo a ser seguido e lembrado.

Palavras-chave: Líderes *farrapos*; Revolta de 1957; Luta pela terra; Sudoeste do Paraná.

The Farrapos leaders in the Revolt of 1957 in the Southwest of Paraná: approaches and revisions

Abstract: The article aims at analyzing the approaches taken on the participation and importance of the leaders *Farrapos* in the 1957 Revolt in the Southwest of Paraná, which resulted in the defeat of the land companies and the government of Moysés Lupion who practiced land fraud in the lands of the Missões lands and part of Chopim territories. In the historical approaches of the revolt, the exaltation of the urban leaders who operated from 1951 to October 1957, as well as in the aftermath of the lupionista defeat, prevailed as they became political leaders and considered “heroes” of the October 1957 uprising, because the victory would have occurred without the shedding of blood. However, the references of the *Farrapos* leaders in the frontier area with Argentina, especially of Pedro Santin, were in the background or as a negative example to be followed and recalled.

Key words: *Farrapos* leaders; Revolt of 1957; Fight for land; Southwest of Paraná.

Los líderes Farrapos en la Revuelta de 1957 en el Sudoeste del Paraná: enfoques y revisiones

Resumen: El artículo busca analizar los enfoques realizados sobre la participación e importancia o no de los líderes *farrapos* en la Revuelta de 1957, ocurrida en el Sudoeste de Paraná, que resultó en la derrota de las compañías de tierra y del gobierno de Moysés Lupion que practicaban el grillaje en las tierras de las glebas Misiones y parte de la Chopim. En los abordajes sobre la revuelta predomina la exaltación de los líderes urbanos que actuaron en el período de 1951 hasta octubre de 1957, así como en el período siguiente a la derrota lupionista, una vez que se convirtieron en dirigentes políticos y considerados “héroes” del levantamiento de octubre de 1957 porque la victoria habría ocurrido sin el derramamiento de sangre. Sin embargo, las referencias de los líderes *farrapos* en el área de frontera con Argentina, principalmente de Pedro Santin, quedaron en segundo plano o como ejemplo negativo a ser seguido y recordado.

Palabras clave: Líderes *farrapos*; Revuelta de 1957; Lucha por la tierra; Sudoeste de Paraná.

Recebido em: 06/03/2019

Aprovado em: 11/04/2019

Introdução

O ano de 2017 registra a passagem dos 60 anos da Revolta de Outubro de 1957, ocorrida no Sudoeste do Paraná, cujos os protagonistas (colonos e posseiros rurais e citadinos), levantados do chão em armas (espingardas, revólveres, enxadas, foices, facões, etc.), derrotaram os agentes e as agências da grilagem de terra que havia se instalado na região desde o ano de 1951, por meio da companhia imobiliária de terra, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., e seus sócios, o Grupo Lupion e o governo Lupion, que agiam enquanto particulares e mandatários no governo do Estado do Paraná e no Senado Federal – durante os mandatos que Moysés Wille Lupion de Tróia teve enquanto governador do Paraná (12/3/1947 a 31/1/1951; 31/1/1956 a 31/1/1961) e sua breve atuação como senador da república (1954/55) –, assim como das duas companhias que passaram a somar-se ao bloco grileiro a partir de 1956 até o outubro de 1957, sendo elas a Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Colonizadora Apucarana Ltda. Para este último período, com a ampliação do bando dos consortes da grilagem, as práticas de violência ostensiva e as garantias de impunidade que os agentes e agências da ordem, no segundo mandato do governo Lupion, davam aos donos daquela grilagem e de seus jagunços, as práticas de violência e extorsões das companhias foram agudizadas e as reações dos colonos e posseiros também foram radicalizadas.

Para o momento, não iremos tratar do processo de formação histórico-social da região Sudoeste paranaense (em seu conjunto ou na parte nova, mais próxima à fronteira com a Argentina). Da mesma forma, a questão indicada à discussão neste ensaio, por tratar-se de um ponto polêmico e a ser polemizado, não permite adentrar na história dos litígios e dos desdobramentos das ações e reações dos agentes e das agências da grilagem e dos colonos e posseiros que polarizaram esse caso de luta pela terra. De todo modo, já há uma razoável bibliografia e diversas outras representações e linguagens que analisaram o período anterior a 1940 e os desdobramentos que houve nesse território durante as décadas de 1950 e 1960. Junta-se a isso, a invenção de uma tradição (cf. HOBBSAWM e RANGER, 1997) ao *Homem e à sociedade do Sudoeste do Paraná*, como indicou Hermógenes Lazier (1983, 1980 e 1998), sem contar as diversas e variadas formas de registro de passagem de calendário (30 anos, 40 anos e 50 anos), a construção de lugares de memórias e a edificação de monumentos comemorativos em espaços públicos nas principais cidades da região. Diversas outras formas de linguagens (imprensa, fotografias, logomarcas, publicações de cartilhas e livretos, eventos oficiais e peças teatrais) fortalecem, reelaboram e atualizam, cada vez mais, esse “mito fundante” (cf. CHAUI, 2000) e os “heróis” do *Outubro de 1957*.

Em termos gerais, esse caso de luta pela terra, vitorioso aos *pequenos* – os colonos e posseiros –, que derrotaram os *grandes* – as companhias e o lupionismo grileiro –, constitui-se num campo de disputas, entre àqueles que o relacionam com a questão agrária no Sudoeste e a necessidade da reforma agrárias, ou àqueles que reconhecem a importância da vitória do movimento e das lideranças para a consolidação da agricultura familiar e o predomínio da pequena propriedade rural, no Sudoeste, porém, defendem que o *Outubro de 1957* e a atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), de 1962 a 1974, trouxe tranquilidade e paz social ao Sudoeste, uma vez que regularizou os lotes e havia acabado com o problema das posses e das disputas entre posseiros.

Os estudos realizados por Ricardo Abramovay (1981), por Hermógenes Lazier (1983, 1980 e 1998), por Ruy Wachowicz (1985), pela Iria Zanoni Gomes (1986), por Rubens da Silva Martins (1986) e por Vanderlei Dambros e outros (1997), já considerados clássicos, bem como a grande quantidade de materiais produzidos para o movimento do cinquentenário (1957-2007) e as pesquisas mais recentes vinculadas à formação acadêmica ou profissional, a exemplo de Elir Battisti (2006), da Éverly Pegoraro (2008), da Sílvia Amâncio (2009), da Anita da Silva (2010), do Leomar Rippel (2013) e do Tiago A. Orben (2014) possibilitam uma compreensão do processo histórico, dos conflitos e violências daquela grilagem e das disputas pela história e pelas memórias. Não podem ficar excluídos destas referências e linguagens, as fotografias de época produzidas pelo olhar do fotógrafo Osvaldo Jansen, os discursos na tribuna do Senado realizados pelo senador Othon Mäder (1958), da União Democrática Nacional (UDN/PR) e pelo senador Gaspar Velloso, do Partido Social Democrático (PSD/PR) partidário de Moysés Lupion. O conjunto de entrevistas realizadas e elaboradas pelo historiador Ruy Christovam Wachowicz (1985) durante o período de 1975-1984, e pelos pesquisadores Hermógenes Lazier e Nivaldo Antonio Oliskovicz (cf. LAZIER, 1980) para os registros dos 25 anos de emancipação de Francisco Beltrão (1952-1977) ou das entrevistas e encartes publicados pelo Jornal de Beltrão em 1997 e em 2007, dentre outros acervos de fontes orais, permitem aos interessados uma boa base documental à leitura e revisões.

Diante desse volume de fontes e das abordagens já consolidadas do ponto de vista da invenção de uma tradição ao Sudoeste (cf. HOBBSAWM e RANGER, 1997), em particular à sacramentoção de determinados “heróis” (RIPPEL, 2013) e dos “líderes herdeiros do outubro de 1957”, chama a atenção o fato de haver uma diferenciação e ao mesmo tempo uma identificação entre às formas de organização e resistências, com os rumos e caminhos do movimento (derrotas e vitórias) com a origem e as práticas dos líderes. Em particular, estas diferenças e seletividades têm relação com àqueles que foram os narradores do passado, haja vista que as versões das memórias (entrevistas) e relatos de vida, concedidas, principalmente, por Walter Pécoits, por Ivo Thomazoni,

por Jácomo Trento e por Edu Potiguara Publitz e os registros em livro (autobiografia) redigido por Rubens da Silva Martins (1986), então presentes na versão tradicional e nos meios oficiais e institucionais, bem como na “memória coletiva e individual” (POLLAK, 1989), desta tradição inventada que permeia a opinião pública da população da região, quando não já adquiriu a dimensão de uma visão predominante e hegemônica sobre a interação presente-passado e passado-presente, no dizer de François Chesneaux (1995). Para além disto, o silenciamento de determinadas práticas e a construção de uma visão negativa dos “erros” e das “lições a se aprender com a história”, acentuam o perfil dessa mesma “identidade regional”, consolida a visão e as versões produzidas sobre a “Revolta dos Posseiros de 1957”, presentes nas obras de Hermógenes Lazier (1980 e 1998), de Ruy Wachowicz (1985), de Iria Gomes (1986) e de Rubens Martins (1986), ou do papel tranquilizador e pacificador que o Getsop realizou no Sudoeste, ao “regularizar e legalizar” os lotes urbanos e rurais. Parte dessa “tradição” chegou a ter como foco o debate sobre qual nome seria e é correto utilizar para definir o *Movimento de 1957*, sendo que Ivo Pegoraro (2007) pretendeu encerrar esta polêmica no fechamento do enredo e do roteiro da peça teatral - *A Revolta dos Posseiros – Sudoeste do Paraná, 195* –, que produziu especialmente para o *Cinquentenário do 10 de Outubro de 1957*. Na voz do narrador da peça (personagem oculto e a voz e a moral da história nas artes cênicas e na dramaturgia), ao finalizar a encenação, o público expectador assistiria e ouviria o seguinte desfecho antes do Final da peça e do fechamento das cortinas no palco:

Até janeiro de 1974, quando teve sua atuação encerrada, o Getsop emitiu 56.917 títulos de propriedade, trazendo paz ao Sudoeste do Paraná. *A revolta foi denominada dos Posseiros, e não apenas dos Colonos, porque daqueles 56.917 títulos emitidos pelo Getsop, 32.256, ou 57% foram para lotes rurais, e 24.661, ou 43% para lotes urbanos.* Quanto às companhias de terra e seus jagunços, *nunca mais* apareceram no Sudoeste do Paraná (PEGORARO, 2007, p. 28-29, grifo nosso).

Oportunamente cabe quatro observações sobre essa versão: a) os dados quantitativos dos lotes regularizados pelo Getsop e as poucas unidades que ficaram sem o título de propriedade (3 ou 4 casos foram judicializados por motivo de divergência de divisas entre vizinhos) adquiriram a condição de sujeitos e atores sociais, bem como as expressões percentuais da simples natureza urbana ou rural dos lotes passaram a ser critérios para nominar e sintetizar o que foi a dita “revolta de 1957” (cf. LAZIER, 1998); b) a atuação do Getsop e a respectiva conclusão do seu plano de ação e metas substituiu e silenciou completamente o problema da grilagem que houve na região entre o período de 1951 a 1957, além disso restringiu a questão agrária à formalização do documento do “Título de Propriedade”; c) a estrutura fundiária no Sudoeste novo estava completamente resolvida e a conquista do título de propriedade foi a expressão máxima das lutas realizadas no passado,

porém, no presente, a “Revolta dos Possesores de 1957” passou a representar a “identidade do *Homem e da sociedade do/no Sudoeste*”; e d) os resultados dos levantes ocorridos entre 10 e 15 de Outubro de 1957 só foram possíveis graças a inteligência dos seus líderes. Em grande medida esta versão foi produzida por Hermógenes Lazier, incluída na obra *Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso*, produzida para marcar as comemorações do *Jubileu de Prata* da emancipação política e administrativa do município (1952-1977), em pleno período da ditadura empresarial-militar no contexto nacional e paranaense.

Apesar da cidade ficar durante 3 dias nas mãos dos possesores em armas, não houve nenhuma arbitrariedade, nenhuma injustiça, nenhuma vingança séria. Não houve derramamento de sangue.

Pode-se afirmar que a tranquilidade deve-se principalmente a *atuação inteligente, dos líderes do movimento*, [e] patriótica do destacamento do Exército, sediado em Francisco Beltrão (LAZIER, 1980, p. 21, grifo nosso).

Nessa baila, ou seja, na história da história, vira e mexe, os “líderes farrapos” também foram renegados ou reconfigurados, porém, sempre em comparação com àqueles que lideraram, inteligentemente, o levante e as ocupações das cidades durante o período de 10 a 15 de outubro de 1957, e que permaneceram como herdeiros do movimento até alcançarem a “meta maior”, conforme rememorou Walter Pécoits na entrevista que concedeu ao historiador Ruy Wachowicz (1985, p. 268). Para um entendimento desses aspectos é oportuno tecer algumas considerações sobre as abordagens produzidas por alguns autores já citados.

Revolta de 1957: revisitando as lideranças (tem sentido?)

Os estudos realizados por Hermógenes Lazier (1980, 1983 e 1998), após ter migrado para Francisco Beltrão em 1969 e ter conhecimento dos levantes de 1957, têm relevância para a compreensão dos meandros e dos caminhos e descaminhos seguidos pelas partes que disputavam litigiosamente a posse e titularidade (mesmo que grilada) da área da gleba Missões e de parte da gleba Chopim. Os negócios que havia entre a Citla e grupo Lupion, em meio ao qual também agia o governador Moysés Lupion, usando o aparato do governo do Paraná, bem como as últimas disputas judiciais que houve com a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO)¹ e, posteriormente,

¹ A Cango foi criada pelo governo Vargas em 1943, enquanto projeto de colonização dirigida do governo federal, destinada a ex-reservistas e migrantes sulistas que almejavam acesso à terra em novas fronteiras agrícolas. Iria Gomes tratou da presença da Cango na região: “A CANGO teve dois momentos: o primeiro, como **Colônia Agrícola**, em que as terras eram dadas aos colonos. E, o segundo, quando é transformada em **Núcleo Colonial**, e se determina que a terra passe a ser vendida” (GOMES, 1986, p. 18, nota 11).

também com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)², além das novas empresas colonizadoras (a Comercial e a Apucarana), foram bem detalhados por Lazier. Contraindo-se ao lupionismo e àquela grilagem, Lazier, enquanto historiador e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendia o projeto da Cango e do Getsop e viu na revolta dos posseiros de 1957 um movimento de luta pela terra e um caso vitorioso de reforma agrária.

Na obra *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*, publicada em 1985, o historiador Ruy Wachowicz dedicou 112 páginas para tratar do “grilo Missões” e do “levante dos posseiros” de 1957. O autor e a obra adquiriram destaque e importância pela própria posição que Wachowicz tinha junto à academia, pois era professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e aos estudos sobre a História do Paraná. Afora a abordagem *paranista*, própria desse autor, o envolvimento do Ruy com a produção de entrevistas *in loco*, com 32 pessoas que estiveram envolvidas com as lutas e os levantes de 1957, e o uso do acervo do Projeto Fontes Culturais para o Ensino, da Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), que somavam outras 49 entrevistas, sendo que os dois conjuntos de fontes orais foram produzidos entre os anos de 1975 a 1984, além das viagens de estudo e pesquisas realizadas ao Sudoeste, demarcaram a importância desta obra para esse tema: o grilo da gleba Missões e o levante dos posseiros. No entanto, justamente por ter sido produzida a pesquisa e a obra entre fins dos anos de 1970 e início de 1980, é preciso destacar que as memórias dos protagonistas entrevistados – sejam eles pessoas comuns ou lideranças reconhecidas social e politicamente, tanto no período de 1951 a 1957, quando no contexto de 1975 a 1985 –, haviam acumulado, praticamente, duas décadas de trajetórias de vida (privada e pública), bem como, eles, estabelecidos critérios de seletividades, de silenciamentos e de esquecimentos, de leituras e de releituras ou mesmo de revisões, de reposicionamentos e de elogios e reconhecimentos de si ou de outros. Como destacaram Marieta Ferreira e Janaina Amado (1998) e Alessandro Portelli (1988), é preciso ser crítico em relação aos usos e abusos na produção de fontes orais e profundo conhecedor da história e da trajetória da historiografia para mapear os possíveis conflitos entre História e Memória.

Nesse sentido, nas entrevistas dos líderes urbanos que Ruy Wachowicz utilizou não é possível perceber um crivo minimamente crítico do autor, pois, além de, à época, utilizar mais uma metodologia de entrevista dirigida, em grande parte, eram conduzidas pelo entrevistador e pelo entrevistado para alguns assuntos e aspectos do que foi o levante de 1957. Na abordagem de

² O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) foi a agência vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 1955, que assumiu a administração da Cango. O próprio INIC foi sucessor da empresa Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU), que tinha sido criada pelo governo Vargas, em 1940, com a finalidade de gerir o patrimônio da ex-*Brazil Railway Company*, que havia transferido seus negócios à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSRGS).

Wachowicz também é possível perceber que o autor aceita, acriticamente, uma lógica construída sobre o passado pelos líderes urbanos, em particular ao Walter Pécoits, ao Ivo Thomazoni, ao Jácomo Trento (o *Porto Alegre*) e de Edu Potiguara Publitz. Além de construírem uma lógica aos fatos e atos no passado, estes narradores da Revolta dos Posseiros de 1957 também articularam suas práticas ao período seguinte ao *Outubro de 1957*, até o contexto do Getsop (1962-1974) e mesmo ao período do tempo presente em que estavam concedendo as entrevistas. Estas marcas e memórias que os líderes urbanos apresentaram sobre si e ao movimento, em seus vários momentos (derrotas, vitórias e conquistas) – de 1949/1951 a 1956, de 1956 a setembro/outubro de 1957, de outubro de 1957 a 1960/1962 e de 1962/1964 até 1974 –, foram, praticamente, consolidadas como sendo referências e descrições dos fatos reais e dos protagonistas. Fundem elas também elementos da memória com a história e com a construção de uma identidade à região, mais próxima à questão da regularização fundiária do que da luta pela terra de trabalho e moradia, em contraposição aos grupos poderosos de grileiros e especuladores imobiliários da terra.

A título de reflexão, indicamos duas passagens das entrevistas que Ruy Wachowicz fez e incluiu no seu texto da obra. Uma do médico e sócio da Rádio Colmeia de Francisco Beltrão, o dr. Walter Alberto Pécoits (do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB) e outra do funcionário da Loja Sonora, vinculada à Rádio Colmeia de Pato Branco, o Jácomo Trento – *Porto Alegre*. A passagem do relato de Pécoits diz respeito aos termos da negociação realizada nas dependências da Rádio Colmeia, em Beltrão, que a comissão executiva do movimento de ocupação da cidade teve com o chefe de Polícia do Paraná, Alfredo Pinheiro Júnior, que havia sido indicado pelo governador Moysés Lupion como negociador do governo junto aos revoltosos,

Eu notifiquei a eles que as companhias não voltariam. Que eles voltariam para casa tranquilos, que nós continuaríamos a luta, para a solução do problema de terras que era a meta maior. Para a solução em juízo, judicial, do problema de terra. Que nós nos empenharíamos nisto e que eu como delegado manteria o município em ordem, sem jagunços, exoneraria todos os inspetores de quarteirão. Ninguém seria perseguido, mesmo os adversários nossos. Mesmo agentes da CITLA que tivessem terras, seriam respeitados (PÉCOITS, Walter. Apud: WACHOWICZ, 1985, p. 268-269, grifo nosso).

Muito semelhante ao relato do Walter Pécoits, Ruy Wachowicz, ao tratar das ações ocorridas em Pato Branco destacou uma passagem do relato que *Porto Alegre* concedeu-lhe referente às negociações que haviam realizado com o major Reinaldo Machado, também representante do governo de Moysés Lupion.

Nas últimas horas, ficamos com pouca gente na cidade. Nessa pouca gente que ficou, a gente interferiu, pela emissora, para esse pessoal debandar. Aí foi fácil, não foi tão difícil, com exceção de alguns que queriam continuar, queriam levar para a frente (...). Mas, nós

tínhamos atingido os nossos objetivos. Nós tínhamos fechado os escritórios tínhamos prendido os jagunços. Nós não tínhamos mais adversários, nós não tínhamos mais com quem brigar (...). Nossa missão estava cumprida (TRENTO, Jácomo. Apud: WACHOWICZ, 1985, p. 259, grifo nosso).

Para além da apresentação dos fatos, realmente, estes dois líderes tiveram importância na construção das resistências, no planejamento da ocupação das cidades e na organização e condução das negociações. Por tratar-se de duas lideranças urbanas estas participações (no movimento de 1957) e suas memórias não prejudicam uma avaliação positiva dessas duas pessoas, ainda mais se forem consideradas suas trajetórias posteriores. Também suas ações reais e suas intenções não estão no crivo de uma crítica, da mesma forma isto não diminui a relevância da multidão na rua, com armas contra os agentes e as agências daquelas práticas de grilagem e violências. No entanto, estas falas reconstituem um sentido e uma lógica ao outubro de 1957, aos propósitos da ocupação das cidades, à participação dos colonos e à sequência do que deveria ser o movimento até atingir a *meta maior*. O que é preciso ponderar em relação aos relatos e o uso que Wachowicz fez acerca da participação e das memórias destes líderes diz respeito a aceitação destas lógicas e da própria centralidade dos líderes urbanos nos levantes de outubro de 1957, especialmente no que se refere à vitória obtida (expulsão do bloco grileiro da região), à “*missão cumprida*” e os novos cenários e líderes mediadores para a “fase seguinte”: os colonos poderiam voltar para casa, tranquilos, que eles, os líderes urbanos, iriam conduzir as lutas futuras até atingir a “*meta maior*”. Tanto Pécoits, quando *Porto Alegre*, Ivo Thomazoni e Edu Publitz ocuparam e narraram (BENJAMIN, 1994) o papel de líderes herdeiros do *Outubro de 1957* e galgaram representatividade social e político-institucional (Walter Pécoits e Ivo Thomazoni foram eleitos prefeitos em Beltrão e Pato Branco, nas eleições de 1960; também se elegeram ao cargo de deputado estadual pelo PTB e pela UDN, respectivamente, em eleições seguintes; e Edu Publitz foi eleito vereador em Pato Branco, pela UDN). Pelo seu envolvimento com o PTB e sua representatividade varguista e jangista, sua oposição marcante ao novo governador do Paraná, Ney Braga (do Partido Democrático Cristão – PDC) e homem da Ditadura, além do apoio que dava a outras lutas pela terra no Oeste e Sudoeste do Paraná, no mesmo ano do golpe de Estado Pécoits foi cassado pela Ditadura.

Ruy Wachowicz também tratou dos chamados “líderes farrapos” que atuaram na região da fronteira, porém mesmo referindo-se a fatos e atos anteriores ao mês de outubro de 1957 e às ocupações das cidades pelas multidões de colonos e posseiros, os aspectos que demarcaram os tipos de líderes está presente em quase toda a produção de memórias, em demais linguagens (de forma revisionista e pejorativa em diversos materiais alusivo ao cinquentenário) e na historiografia ou na bibliografia. Ao se referir às características das pessoas que migravam a esta região de fronteira

agrícola e de fronteira internacional, Wachowicz também destacou a presente dos “colonos farrapos”, definindo-os como pessoas que buscavam refúgio no Sudoeste do Paraná, por serem fugitivos da lei ou pessoas “foras da lei”, que haviam cometido algum tipo de crime onde moravam, seja no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina; ou ainda de argentinos refugiados e fugitivos da lei que se estabeleceram neste lado da fronteira internacional.

Este perfil dos “colonos farrapos”, dos “líderes farrapos” ou dos “bandidos farrapos” foram convertidos em “jagunços dos colonos” ou em bandos armados contratados pelos colonos e posseiros para agirem violentamente contra as companhias e seus “jagunços”. Como indicado mais adiante, o termo “farrapo” já tinha esse sentido negativo em 1957, associado aos atos de “tocaia” e de “vingança” com uso de armas de fogo como meios e instrumento de ação ou reação violenta. Entretanto, este não é o tema central da questão das “lideranças” (se armadas ou se desarmadas), mas, sim, a seletividade dos líderes, dos “heróis” e dos “líderes herdeiros” do outubro de 1957. O divisor de águas está na *ordem* e na ação violenta com uso de armas de fogo, porém contra a ordem do Estado e da Lei. Nesse sentido, é o perfil e a conduta social e moral dos líderes farrapos, os fugitivos e fora da lei, é que diferenciava as lideranças, suas personalidades nas fronteiras da lei, da ordem social e das autoridades do Estado. Semelhantes aos jagunços e pistoleiros das companhias imobiliárias, os “colonos farrapos” também foram estigmatizados como violentos e valentões. O fato de os donos da grilagem fazerem uso privado das milícias do Estado ou de praticarem crimes, cientes da impunidade e do beneplácito das autoridades do governo do Paraná (prefeitos, juízos, delegados, inspetores de quarteirões, promotores, chefes de polícia e policiais) não eram considerados farrapos, independentemente das acusações que Othon Mäder (1958) fazia em relação à dupla responsabilidade que Moysés Lupion teria dos crimes cometidos pelo bloco da grilagem (agentes e empresas).

Outra obra indispensável à leitura da história da questão agrária no Sudoeste é a de autoria da socióloga Iria Zanoni Gomes, intitulada *1957 – a revolta dos posseiros* e publicada em 1986. Na avaliação que Walter Pécoits fez em 1994 durante outra entrevista que concedeu à Revista Gente do Sul (PÉCOITS, 2004), tratava-se da melhora abordagem produzida sobre a Revolta dos Posseiros. Além de ser resultado da pesquisa do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, realizado na Universidade de São Paulo (USP), Iria Gomes (1986, p. 11) registrou sua trajetória de vida, enquanto ainda era criança, em meio aos conflitos e tensões sociais existentes em Francisco Beltrão.

A autora teve acesso ao acervo de entrevista que Ruy Wachowicz possuía e, realmente, debruçou-se sobre uma rica documentação de época (governo federal e do Paraná, relatórios da Cango e materiais do Getsop), além de realizar novas entrevistas com lideranças e pessoas que vivenciaram aqueles anos na região, e de ter acesso à produção de Hermógenes Lazier. A

abordagem apresentada tem efetivamente contribuições marcantes, mas também problematizantes, aliás, de difícil percepção.

Iria Gomes contextualizou o movimento de resistência e suas formas de organização. Ao tratar de um período reivindicatório, de ações isoladas e dentro da ordem, a exemplo dos abaixo-assinados, das assembleias da Vila Marrecas (a primeira ocorreu em 1951), da formação de comissão de representantes que iriam a Curitiba ou à capital federal, Rio de Janeiro. Mesmo os atos de sensibilização das autoridades (prefeitos, juízes, delegados, deputados, vereadores e promotores), as disputas entre oposições político-partidárias (UDN e PTB contra o PSD) e as brigas jurídicas e as chicanas que haviam entre a Cango e a Citla podem estar inclusas nestas formas de organização e ação dos colonos e posseiros. Para a autora, esta fase reivindicatória atingiu seu limite com o assassinato do vereador Pedro José da Silva, o *Pedrinho Barbeiro*, pelo PTB, que residia no distrito de Verê, município de Pato Branco, cujo mandante teria vínculo com a empresa imobiliária Comercial e os dois executantes seriam jagunços da referida empresa. Este crime foi realizado no dia 21 de maio de 1957, na casa do vereador que estava sendo construída, e o motivo seria o fato do vereador estar realizando um abaixo-assinado entre os colonos e posseiros que seria entregue ao governo federal, no Rio de Janeiro³.

Além da grande repercussão do assassinato, esta violência praticada pelos mandatários das companhias e executada por jagunços evidenciaram que a reação também deveria ser melhor organizada e com ações mais contundente. Conforme a análise da Iria Gomes, a partir de então se deu início a uma radicalização da resistência: “É o momento das tocaias, da tentativa de fechar à força os escritórios das companhias. É o momento em que o colono vai mostrar que ele também tem força. Se não em armas, pelo menos em número e em disposição para lutar pelo que é seu. É o momento de medir forças” (GOMES, 1986, p. 70-71).

Para a autora, “o primeiro confronto armado ocorrido entre jagunços e colonos” (GOMES, 1986, p. 71), enquanto reações dos colonos, ocorreu no distrito do Verê, no dia 2 de agosto, quando os colonos planejaram ocupar e fechar o escritório da Comercial. Este primeiro levante armado,

³ Conforme denúncia feita pelo senador Othon Mäder, na tribuna do Senado, nos dias 6 e 9/12/1957, o jagunço Lourenço José da Costa, vulgo *Maringá*, que tinha sido aprisionado pelo *Porto Alegre* e o Carbonera, nos dias seguintes ao levante de outubro de 1957, confessou ter participado do assassinato do *Pedrinho Barbeiro*, perante o juiz de Direito de Pato Branco, Dr. José Meger, realizado no Fórum da Comarca no dia 21/10/1957. Othon Mäder também apresentou cópia do Termo de Confissão do Maringá, e citou, dentre outras, a seguinte passagem do depoimento: “(...) que o declarante afirma ainda, ter tomado parte no crime cometido contra a pessoa de Pedro José da Silva, vulgo Pedro Barbeiro, há cerca de cinco meses, mais ou menos; que o declarante soube por terceiros, podendo citar o nome de João Alves da Silva, vulgo ‘João Pé de Chumbo’, chefe da turma do departamento de madeiras localizada no distrito de Verê; que o declarante afirma que ‘João Pé de Chumbo’ ou João Alves dos Santos empregado da Companhia Agrícola Comercial Paraná, que estava comentando num grupo de pessoas onde o declarante ouviu que o Doutor Iris Mario Caldart, contratou duas pessoas para matarem o Vereador Pedro José da Silva, vulgo Pedrinho Barbeiro; que o declarante não soube que os dois elementos que mataram Pedro José da Silva eram ou não empregados das Companhias Comercial e Citla” (In: MÄDER, 1958, p. 11; 17).

como definiu Iria Gomes (1986, p. 71) resultou em duas mortes do lado dos colonos – Leopoldo Preilepper, o *Tigre* (ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira – FEB) e Guilherme Hening [Oenning] (WACHOWICZ, 1985, p. 237) –, haja vista o confronto armado que tiveram com os jagunços que estavam no escritório da Comercial, fortemente armados e preparados, inclusive com metralhadoras, pois haviam sido informados da tentativa que os colonos, em grande número, iriam fazer contra o escritório da Comercial, em duas frente de ataque.

Dentre outras reações mais radicais realizadas pela lógica dos colonos, Iria Gomes (1986, p. 70) também cita as ações armadas realizadas na faixa de fronteira, porém vinculou-as às lideranças dos farrapos, com destaque a Pedro Santin e seus compadres. Ambas as fronteiras (moraís e legais e internacional), passavam pelo crivo do perfil dos farrapos e suas avaliações de que a ação direta com uso da força seria a única solução para as injustiças praticadas pelos grileiros e seus empregados a soldo: “O fato de a ação dos colonos, na fronteira, ser comandada por homens **fora da lei**, com uma concepção própria de justiça, significou uma forma de resistência com características próprias: emboscadas, tocaias e violência no mesmo nível da violência dos jagunços” (GOMES, 1986, p. 75).

Iria Zanoni Gomes também diferenciou dois momentos ao que ela definiu como *Movimento de 1957*, ou seja, a Revolta dos Posseiros de 1957. O primeiro momento correspondeu ao período de 1950/1951 até 10 e 15 de outubro de 1957, quando as companhias Citla, Comercial e Apucarana e o grupo Lupion, com seu aparato militar privado (jagunços) e paramilitar (agentes da ordem do Estado) foram derrotados e expulsos das cidades e da região do Sudoeste novo. O segundo momento correspondeu ao período de outubro de 1957/1960 a 1962 até 1973/1974, quando o Getsop finalizou a regularização dos lotes da região, com expedição de títulos de propriedades devidamente registrados nesta agência.

Quando o GETSOP encerrou suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Somente três ou quatro propriedades não foram tituladas porque os vizinhos não entraram num acordo.

O Movimento de 57 tinha atingido seus objetivos: num primeiro momento, a expulsão das companhias de terra e, num segundo, a conquista do título de propriedade (GOMES, 1986, p. 115).

Na medida em que Gomes vinculou a conclusão dos trabalhos de titulação que o Getsop teria realizado, dando-lhe o caráter de conclusão do Movimento de 1957, além de estabelecer uma lógica futura (presente-passado-futuro), na relação entre o “pós outubro de 1957” até o encerramento dos trabalhos do Getsop, bem como em seu sentido presente-passado, pois a titulação da propriedade e o Título da Propriedade nominal dos lotes e das áreas (urbanas e rurais), eram a

meta maior e a única garantia de tranquilidade e paz, ou seja, a solução última das violências e conflitos. Mais ainda, o título da propriedade eliminava o “problema” da posse da propriedade e não da grilagem que havia sido praticada pelo bloco das companhias e do grupo Lupion. Assim, novamente o que garantiria a ordem e a segurança era o Estado, com suas agências e leis. Todavia, o Getsop, enquanto agência e agente do Estado e do governo, não correspondia ao lupionismo e suas grilagens.

Essa visão pacificadora e do estabelecimento de uma nova ordem da lei e do direito positivo da propriedade também fortalece o papel e a inteligência dos líderes da revolta de outubro de 1957, com as ocupações das cidades pela multidão e a derrota e expulsão das companhias e dos jagunços do Sudoeste, sem que houvesse o “derramamento de sangue”. Esta abordagem, por sua vez, converte os líderes urbanos em “heróis” e lhes dão o atributo de “líderes herdeiros”, bem como relatou Walter Pécoits, em entrevista que concedeu a Ruy Wachowicz, no dia 14/02/1979, mais de duas décadas depois: “Que eles [os colonos em armas] voltariam para casa tranquilos, que nós [líderes dos levantes de outubro] continuaríamos a luta, para a solução do problema de terras que era a meta maior” (PÉCOITS, Walter In: WACHOWICZ, 185, p. 268).

Há que se considerar que os ditos líderes farrapos não permaneceram no cenário e nas negociações seguintes ao outubro de 1957, inclusive por terem clareza de que estavam sob a mira das autoridades lupionistas (derrotadas no Sudoeste, mas ainda instaladas no governo do Estado durante o mandato de Moysés Lupion), interessadas em aplicar sobre eles os julgamentos da lei (cf. WACHOWICZ, 1985; GOMES, 1986).

Outra obra de referência para o tema da Revolta de 1957 é o livro de Rubens da Silva Martins, intitulado *Entre Jagunços e Posseiros*, publicado no ano de 1986. Diferentemente dos protagonistas do movimento de 1957 e dos pesquisadores e estudiosos do tema da “Revolta dos Posseiros de 1957”, a condição de Rubens Martins, sua trajetória de vida e seu envolvimento com as disputas da história, precisam ser brevemente situadas. Nessa obra memorialista e autobiográfica que Rubens da Silva Martins elaborou, praticamente, durante uma década (entre 1977 a 1986), o segundo médico da Cango, que chegou na Vila Marrecas no início de março de 1949, no ano seguinte a sua formatura no curso de Medicina, na UFPR; foi prefeito de Francisco Beltrão, de fevereiro de 1953 até o início de 1956 (assumiu o cargo por determinação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, após decisão favorável de uma representação movida pelo Martins (PSD), da “Aliança da Vitória”⁴, acerca da validação de urnas impugnadas no primeiro pleito eleitoral do município); foi dono do Hospital Santo Antonio II; foi delegado de Polícia de Beltrão no contexto

⁴ A coligação Aliança da Vitória foi formada pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR).

da revolta de outubro de 1957⁵ que foi submetido à prisão domiciliar em seu hospital pelos revoltosos e depois exonerado do cargo pelo Chefe de Polícia do governo Lupion; e, foi uma das principais expressão do pessedismo e do lupionismo, tendo concorrido, novamente, ao cargo de prefeito nas eleições de 1960, pelo PSD, porém derrotado pelo candidato dr. Walter Pécoits, do PTB.

Além de ser uma defesa da sua liderança na Cango, na Vila Marrecas e em Francisco Beltrão, a obra *Entre jagunços e posseiros* representou uma disputa sobre a história e na escrita da história, publicada em 1986, a quase duas décadas depois dos acontecimentos de 1957. Dentre estas disputas pela história, Rubens Martins trata da “revolução agrária no Sudoeste do Paraná” e denomina os acontecimentos de outubro como uma “rebelião agrária” e trata seus líderes como sendo pessoas desordeiras e de uma oposição revanchista ao governo Lupion e ao PSD no Sudoeste do Paraná por terem elegido os 5 prefeitos em 1955, interessada na desordem, no desrespeito à propriedade e à lei (MARTINS, 1986, p. 358 ss.), com o propósito de desestabilizar o governo Lupion e de recuperar suas bases eleitorais. Rubens Martins também disputava o passado no contexto do pós Getsop (1974), do *Jubileu de Prata* de Francisco Beltrão (1977) e da recente produção bibliográfica de afirmação da Revolta dos Posseiros de 1957 e de suas lideranças como formadoras da *identidade do Sudoeste*.

Para contestar as versões sobre as práticas das empresas imobiliárias, do lupionismo e do pessedismo, Martins também critica as violências e os crimes praticados pelos jagunços, porém relativiza o caráter das violências que ocorriam no Sudoeste e na fronteira com a Argentina, e da dupla responsabilização que o senador Othon Mäder (UDN) atribuía a Moysés Lupion, por ser governador e chefe do grupo Lupion. Para Martins, a natureza e a condição da fronteira era a matriz das violências e dos crimes que já existiam na região antes de 1957. Nesse sentido, não seria Moysés Lupion responsável pelas últimas violências praticadas pelos jagunços das companhias, principalmente os que estavam a serviço da Comercial e da Apucarana, uma vez que ameniza a atuação da Citla pela presença de Júlio Assis Cavalheiro (um homem de bem e pioneiro da Vila Marrecas e de Francisco Beltrão) e tampouco desse clima belicoso da/na fronteira.

Seu acerto de contas com a obra *Entre jagunços e posseiros* tinha por foco, em primeiro lugar, o dr. Walter Pécoits, principal líder da rebelião agrária que estabeleceu um estado de crise e instabilidade à propriedade, à lei e às autoridades constituídas no Sudoeste. Nesse intuito, para Rubens Martins foi a “revolução agrária de 1957” que produziu a crise agrária e a desordem social e

⁵ Conforme indicou Iria Gomes (1986, p. 59-60), há pouco mais de um mês antes do levante de 10 de outubro em Beltrão, Rubens da Silva Martins tinha sido nomeado Delegado de Polícia do município em substituição ao ex-Delegado José Penso, que tinha posição favorável às empresas imobiliárias, tendo este permanecido como delegado auxiliar.

institucional, sendo seus principais líderes movidos por interesse político-partidário articulados pela UDN e pelo PTB contra o PSD e o governo Lupion.

Rubens Martins (1986, p. 363-369) também se refere ao assassinato do *Pedrinho Barbeiro*, ao caso dos farrapos João Saldanha e Manuel Paraguay e ao caso da Tocaia do Km 17, porém associa os farrapos aos “jagunços” das companhias, pois também eles, os farrapos, eram bandoleiros e praticavam tropelias (MARTINS, 1986, p. 366). Em meio a esses cenários e práticas de violência, para Martins, a oposição, a exemplo do senador Othon Mäder, oportunisticamente, deturpava os fatos, responsabilizando Lupion e as companhias.

A consolidação da versão dos “líderes farrapos” na faixa de fronteira adquiriu novos significados e releituras tendo por principal referência a denominada “Tocaia do Km 17”, ocorrida no dia 14 de setembro de 1957, comandada pelo farrapo Pedro Santin, que resultou na morte de 7 (sete) pessoas: 5 colonos e 2 funcionários da empresa Apucarana (o motorista da camionete e o jagunço), no trecho do km 17 da estrada que ligava Santo Antônio do Sudoeste a Capanema. Essa tragédia abalou os colonos e teve ampla repercussão na imprensa.

Dentre as versões atualizadas dos “líderes farrapos”, o texto de Elir Battisti, talvez, tenha apresentado argumentos mais depreciativos e reafirmado do aspecto dos “farrapos fora da lei”, pessoas que tiveram condutas passadas (em seus lugares do origem no RS e SC e na Argentina) que os mantinham “fugitivos da lei” nas margens da fronteira internacional: “Na tentativa de se defender dos jagunços, *muitos colonos aliaram-se a bandidos e também praticaram arbitrariedades*” (BATTISTI, 2006, p. 71, grifo nosso)⁶.

Outra revisão do perfil e do papel dos “líderes farrapos” foi produzida e rememorada pelo Ivo Thomazoni e apresentada na cartilha de sua autoria, vinculada ao projeto “*50 Anos – Revolta dos Posseiros 1957 – 2007: resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade do presente*”. Para o cinquentenário e 50 anos depois, um dos líderes herdeiros do Outubro de 1957, experiente narrador daquelas histórias e legítimo porta-voz do passado, referiu-se aos casos de conflitos que resultaram em tragédias aos colonos e posseiros, tal como o caso do *Pedrinho Barbeiro*, do *levante do Verê de 2 de agosto* e da *Tocaia do Km 17*. Quando ao último deles, Thomazoni considerou-o como “lição de casa da fronteira”. Nas palavras de Ivo Thomazoni (2007, p. 11), o até então

⁶ Ruy Wachowicz também associou os farrapos ao tipo “jagunços”: “Assim como as companhias que foram recrutar seus jagunços no norte, os colonos procuraram defensores entre o elemento sulista que migrava para a região. Encontraram nos *farrapos* os elementos que necessitavam. *Farrapos* era a denominação local dos foragidos da lei acoitados no Baixo Iguaçu. Da localidade de Serra do Mico, da Província argentina de Misiones, trouxeram Pedro Santin. Este havia vendido sua posse em Capanema em março de 1957 e fixado residência na Argentina. Retornou agora em setembro para combater os jagunços. Na Argentina, Santin era conhecido por Pedro Capeletti. Os irmãos Bello, famosos pistoleiros do Rio Grande do Sul, agora agricultores no sudoeste paranaense, Robertinho, famoso argentino que vivia refugiado numa ilha do rio Iguaçu, aderiram à causa dos colonos” (WACHOWICZ, 1985, p. 215, grifo nosso).

principal líder farrapo fora da lei, Pedro Santin, foi alçado a “guerrilheiro da fronteira”, haja vista sua ação nos combates e levantes contra a imobiliárias Apucarana e a Citla. Essa revisão, feita por um dos mais expressivos líderes do Outubro de 1957, enquanto memória viva, no contexto e no cenário do cinquentenário, mesmo que redime o líder farrapo, não deixou de inserir a experiência das resistências e das lideranças que atuavam na fronteira como sendo uma “lição de casa”, um aprendizado que não deveria ser esquecido ou mesmo repetido em outros momentos no passado e no presente.

Mas para contextualizar as lutas no passado e as (re)memórias do que foi a faixa de fronteira, é preciso situar as tensões que haviam nas áreas de atuação da Apucarana e da Citla, no circuito de Santo Antônio do Sudoeste e de Capanema. Durante o mês de setembro de 1957 os colonos e posseiros que viviam nesta faixa de fronteira reagiram às práticas de violência das empresas grileiras. A atuação de líderes farrapos, em particular do Pedro Santin, foi motivada pelos crimes (assassinatos e torturas) praticados pelos jagunços da Apucarana e da Citla. Além dos conflitos e da destruição do escritório da Apucarana em Lajeado Grande, o movimento de resistência armada dos colonos, sob a liderança do farrapo Pedro Santin, expulsou as companhias e os jagunços da cidade da Capanema, no mês de setembro de 1957.

Numa tentativa de contensão dos conflitos, o gerente da Apucarana, Gaspar Kraemer, agendou uma reunião entre os representantes da empresa e os colonos, que seria realizada em Lajeado Grande, no dia 14 de setembro. Porém, na noite anterior⁷, ao ser informado de que haviam pessoas desconhecidas querendo saber quem seria o gerente da Apucarana, como expôs Wachowicz, Kraemer não seguiu até a reunião agendada e designou um motorista e um jagunços para irem até o local, com a camionete da Apucarana, bem como teria orientado para darem carona aos que encontrassem na estrada. Na altura do Km 17, o veículo e seus passageiros sofreram um ataque do grupo liderado pelo Pedro Santin, que agiu pensando em enfrentar os jagunços e dirigentes da Apucarana. Todavia, a maioria eram carroneiros colonos ou moradores das imediações: “Eram 14 as pessoas que estavam na caminhonete. No quilômetro 17, sete foram assassinados, os restantes conseguiram fugir para o mato ou fingiram-se de mortos” (WACHOWICZ, 1985, p. 221). Dentre os 5 colonos mortos estavam o Justi, dono do Hotel no Quilometro 35, e outro era pai de um dos que estava na dita “toçaia”.

Ao perceberem o que realmente tinha ocorrido, a reação da população contra a Apucarana foi contundente. Esta foi a “lição da casa” rememorada por Ivo Thomazoni em 2007. Dava a

⁷ “Na noite do dia 13 de setembro, num bar de Santo Antônio, o gerente Gaspar Kraemer bebia com uns amigos numa mesa. Perceberam que dois estranhos procuraram o Justi que era proprietário de um hotel no Quilômetro 35. Um dos jagunços aproximou-se e ouviu a pergunta: *Quem era o Gaspar?*” (WACHOWICZ, 1985, p. 221).

gravidade destes fatos e o crescente tensionamento que já havia, vários jornais da capital, Curitiba, de São Paulo e do Rio de Janeiro, capital federal, além de estrangeiros, já tinham equipes de jornalismo – como foi o caso do fotógrafo Osvaldo Jansen e do jornalista P. Charquetti, que faziam a cobertura para os jornais *O Estado do Paraná/Tribuna do Paraná* –, atuando na região e produziam matérias que tiveram grande repercussão e contribuíram para a mudança do posicionamento do governo federal em relação ao contexto de conflitos que havia no Sudoeste.

Neste cenário de acirramento das tensões que havia na fronteira, Nilo Fontana, irmão do diretor da Citla, Mário José Fontana, tinha assumido a direção do escritório da empresa em Santo Antônio do Sudoeste, e Gaspar Kraemer, a direção do escritório da Apucarana, como indicou Ruy Wachowicz: “Foi a aliança dos colonos com os *farrapos* que trouxe para Santo Antônio elementos dos altos escalões das companhias. Nilo Fontana veio dirigir a CITLA e Gaspar Kraemer a APUCARANA” (WACHOWICZ, 1985, p. 216, cf. GOMES, 1986, p. 76). Além disso, em reação ao que tinha ocorrido no Km 17, os farrapos e colonos ocuparam Capanema: “Foram então recrutados por Santin, cerca de 2.000 colonos. Capanema foi tomada e os elementos das companhias expulsos” (WACHOWICZ, 1985, p. 221). Nesse ambiente, como acrescentou Wachowicz, “Santo Antônio tornou-se o baluarte dos jagunços da APUCARANA e Capanema o santuário dos colonos” (WACHOWICZ, 1985, p. 222).

Atualmente, no local onde ocorreu este fato há um monumento às vítimas (os 5 colonos e os 2 funcionários da Apucarana). Ao lado das 7 cruzeiras também foi incluído um painel contendo o seguinte registro: *Monumento Revolta dos Posseiros – Tocaia do Km 17: “o que determinou o final do front”, 14 de setembro de 1957*. A princípio, esta referência ao fato de ali, no Km 17 e no dia 14 de setembro, ter determinado o “final do front”, trata da luta popular contra aquela grilagem, seus agentes e suas agências, incluindo o governo Lupion. Este aspecto do “final do front” e da derrota das companhias em Capanema e em Lajeado Grande, com ações da “aliança colonos e farrapos” foi secundarizado pela repercussão e os novos caminhos que os levantes de Outubro de 1957 tiveram, bem como pela condição dos dirigentes daquela mobilização popular de ocupação de Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste e pelo fato de ali ser a sede das companhias Citla e Comercial.

Os farrapos na fronteira e o *ultimatum* ao governo Lupion

Para uma compreensão do que foi o início do *final do front* é oportuno recolocar as análises que Ruy Wachowicz, Iria Gomes e Hermógenes Lazier fizeram em relação ao *ultimatum* que o governador Moysés Lupion tinha recebido, ainda em setembro, do governo federal, por meio do

Ministério da Guerra: “O Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, deu um *ultimatum* ao governador do Paraná, Moisés Lupion. Teria que fechar as companhias imobiliárias e acomodar os colonos. Caso contrário, haveria intervenção federal na região” (WACHOWICZ, 1985, p. 252).

Iria Gomes também incluiu algumas mudanças que Moisés Lupion foi obrigado a fazer para evitar uma crise maior em seu governo: “A vinda do Major Machado tinha se dado em função do *ultimatum* que Moisés Lupion teria recebido do Ministro da Guerra, Mal. Lott: ou se fechava as Companhias e se acalmava os colonos ou haveria intervenção federal na região” (GOMES, 1986, p. 92). O próprio Rubens da Silva Martins (1986, p. 394-398), indicou a efervescência que houve na faixa de fronteira e dos desgostos que, conforme manifestação que o advogado João Abs da Cruz fez à imprensa em Curitiba, os pessedistas e lupionistas do Sudoeste tiveram com as reviravoltas e negociações que o governo Lupion passou a realizar com os “posseiros” e abriu negociações com o envio do tenente coronel da Polícia Militar, Alcibíades Rodrigues da Costa, para a cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Mas em meio às tramas da história e da memória, das revisões e reconfigurações na relação presente-passado, em meio às festividades e os projetos de pacificação do passado no cinquentenário, foi o historiador Hermógenes Lazier que retomou o assunto do setembro dos farrapos na fronteira. No âmbito dos debates que existiram para o registro do *Jubileu de Ouro* (1957-2007) acerca do dito nome certo e correto a ser usado para definir o movimento de 1957 – se seria “Revolta dos Colonos” ou “Revolta dos Posseiros” –, Lazier retomou o cenário do “final do front” e do *ultimatum* que o governo Lupion teve que solucionar.

Os atritos entre posseiros e grileiros, principalmente no ano de 1957, tiveram grande repercussão, tanto na imprensa como no parlamento. O que aconteceu em setembro de 1957 em Santo Antônio e Capanema foi mais grave, e por ser área de fronteira e, portanto, de segurança nacional, levou o governo federal a dar um ultimato a Moisés Lupion: apaziguar a região ou haveria intervenção federal no Paraná.

Os acontecimentos posteriores revelam que Lupion recuou para não perder o governo: retirou o apoio do governo do Estado às empresas grileiras e seus jagunços. Isso em setembro.

É possível, portanto, afirmar que a concentração de posseiros dia 9 de outubro de 1957 em Pato Branco, dia 10 em Francisco Beltrão e dia 13 em Santo Antônio, foi mais uma festa para consolidação da vitória. Tanto é verdade que não houve resistência dos jagunços e nenhum tiro foi disparado (LAZIER, 01/06/2007, p. 1-2, arquivo on line, grifo nosso).

Havendo procedência na revisão que Lazier fez em 2007, diferenciando as ações de resistências e os resultados mais efetivos para o conjunto das ações dos colonos e posseiros, não somente é necessário revisitar as trajetórias das lutas e mobilizações, quanto do perfil e do caráter da atuação dos “líderes farrapos”. A abordagem que Tiago Arcanjo Orben (2014) fez em relação às noções, narrativas e representações que o termo “farrapos” teve no Sul do Brasil, desde a revolução

farroupilha até o caso da Revolta de 1957, reabriu novos caminhos e possibilidades de questionamentos sobre quais seriam *as lições dos farrapos na fronteira*.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH/Departamento de Ciências Sociais, 1981. (Curso de Mestrado)

AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, Luta Pela Terra; Hoje, Monumento Histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá/Programa de Pós-Graduação em História, 2009. (Curso de Mestrado).

BATTISTI, Elir. “As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX” In: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. v. 1, n. 2, Agosto/2006, p. 65-91.

CHESNEAUX, Jean-Jacques *Devemos fazer tábula rasa do passado? – sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

DAMBROS, Vanderlei e outros. “1957-1997 – a Revolta dos Colonos – De olho no passado e pés no futuro – 40 Anos”. Francisco Beltrão/PR: Grafit, [1997].

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Uso & Abuso da História Oral*. 2. ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda., 1998.

_____; *Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Departamento de História/Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, 1983. (Dissertação de Mestrado)

_____; *Francisco Beltrão: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso*. Francisco Beltrão/Paraná: Editora Folha do Sudoeste Ltda., 1980. 90 p. (Edição Histórica – Jubileu de Prata).

_____; “1957: Revolta de posseiros, e não de colonos (3)”. In: *Jornal de Beltrão*. Francisco Beltrão/PR, 01/06/2007. <http://www.jornaldebeltroa.com.br/colunista/coluna-do-hermogenes/5489/1957-revolta-de-posseiros-e-nao-de-colonos-3#1957-revolta-de-posseiros-e-nao-de-colonos-3>. (Acessado em 27/9/2014).

MÄDER, Othon. *A Rebelião agrária do sudoeste do Paraná em 1957, suas causas, a dupla responsabilidade do Sr. Moysés Lupion como Governador do estado e chefe do “Grupo Lupion”*. Separata de dois discursos pronunciados no Senado Federal em 6 e 9 de dezembro de 1957. Rio de Janeiro – 1958.

KOLING, Paulo José. *Os líderes Farrapos na Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: abordagens e revisões*

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

ORBEN, Tiago Arcanjo. *A Revolta dos colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)/Programa de Pós-Graduação em História, 2014. (Curso de Mestrado)

PÉCOITS, Walter Alberto. “Entrevista – A revolta dos colonos” In: *REVISTA GENTE DO SUL*. Francisco Beltrão/PR, Outubro de 1994.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava/PR: Ed. Unicentro, 2008.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FVG, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 2. Ed.; Rio de Janeiro: Editora de Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.

RIPPEL, Leomar e outros. *Revolta dos Posseiros – 1957: o discurso do “herói” pioneiro*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.

SILVA, Anita Izabel de Mello da. *A Posse da terra e os lugares de memória: Francisco Beltrão – 1969-2007*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR)/Programa de Pós-Graduação em História, 2010. 117 p. (Dissertação de Mestrado).

THOMAZONI, Ivo. *50 Anos Revolta dos Posseiros 1957 – 2007: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. 2. ed. Francisco Beltrão, [2007] (Cartilha do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros 1957 – 2007).

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.